

# Sala de aula em acampamento

ANA HELENA PAIXÃO

DA EQUIPE DE CORREIO

Quarenta alunos da Escola Normal do Gama (ENG) tiveram uma aula diferente na manhã de ontem. Aprenderam as técnicas do Ensino Especial em frente ao prédio da Câmara Legislativa, onde um grupo de professores mantém acampamento desde 23 de agosto. De lá para cá, quase 300 profissionais já passaram pelo local, para pernoitar ou apenas dar apoio aos colegas. O acampamento deve ser mantido até o próximo dia 15, quando acontece nova assembleia geral da categoria, a não ser que o governo encaminhe imediatamente à Câmara os projetos de reestruturação dos planos de carreira de professores e servidores. Para aumentar a pressão, a categoria promove *panelaço*, em frente ao Palácio do Buriti, em pleno Dia do Professor.

O acampamento resume-se a sete barracas de *camping* espalhadas pelo gramado da Câmara Legislativa. Dentro de cada uma, lençóis, cobertores e travesseiros, para que os manifestantes repousem nos intervalos das conversas, debates e estratégicas para melhorar os planos de carreira (*leia quadro*). Outras duas barracas maiores servem de pontos de apoio aos acampados. Hoje, o movimento completa nove dias de vigília ininterrupta.

“Só sairemos daqui se acertarmos isso na assembleia do dia 15 ou se o governo mandar os projetos para votação”, garantiu José Antônio Gomes Coelho, um dos diretores de Imprensa do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro). “No Dia dos Professores, faremos um *panelaço*. Será nosso dia de luta. Não temos o que comemorar em 2003”, completou o diretor da Secretaria de Aposentados do

Edilson Rodrigues



FRANCISCO ALVES ESTÁ ACAMPADO NA CÂMARA LEGISLATIVA DESDE 23 DE AGOSTO

Sinpro, Francisco Joaquim Alves.

Desde ontem, e enquanto durar o protesto, alunos da rede pública terão aulas públicas no acampamento. “É uma forma de os alunos não perderem aulas dos professores acampados. E nós, professores e estudantes em sala de aula, damos nosso apoio ao movimento”, explicou a professora Maria das Dores Souza, da Escola Norma do Gama. “Outras escolas do DF farão o mesmo, a partir de amanhã (hoje)”, garantiu a também professora da ENG Maura Lélis.

Os estudantes, por sua vez, apoiaram a iniciativa. “Além da aula não ser numa sala tradicional, foi bom para vermos o que é bom e ruim em nossa profissão”, comentou a estudante Maraíza de Aratíjo Tavares, 18 anos. “Ao apoiar os professores, estamos lutando pelo nosso futuro. Não queremos ficar acampados para conseguir nossos direitos no futuro”, completou a normalista, Raquel Rodrigues da Silva, 16.

## Greve

Em 2000 e 2001, os auxiliares em Educação entraram em greve pela aprovação do plano de carreira. Desde então, querem um salário mínimo como remuneração inicial (hoje é de R\$ 100); gratificação para manter os que estudam na profissão; e acréscimo salarial até a aposentadoria — anual, por 35 anos, e não por 24 como ocorre hoje. Os professores também já fizeram diversas greves pedindo o mesmo. No final de abril de 2002, suspenderam a paralisação com a promessa de que o projeto de reestruturação da carreira seria apresentado até junho pelo GDF — o que ainda não foi cumprido, de acordo com o Sinpro.

As secretarias de Educação e de Planejamento elaboraram conjuntamente as mudanças nos planos de carreiras dos trabalhadores em Educação, mas não anteciparam detalhes dos projetos.

## PLANOS DE CARREIRA

### Professores

#### Como é hoje e o que quer o GDF

● Categoria é dividida em níveis. A diferença salarial entre chegava a 33% em 1989 (quando o atual plano entrou em vigor). Agora está em 20%. A carreira é constituída de padrões, que variam entre 1 e 25, de acordo com o tempo de serviço. A diferença salarial entre os padrões 1 e 25 é de 120%. O GDF não divulgou a proposta de 2003. Mas, na do ano passado, o índice cairia para 47%.

#### O que quer a categoria

● Criar carreira única, com

salário inicial compatível com as demais categorias de nível superior do serviço público local. Como 90% dos professores do DF são graduados e quem não é deve habilitar-se até 2007 (conforme a Lei de Diretrizes e Bases em Educação), a diferenciação salarial da categoria ocorreria de acordo com carga horária, qualificação do profissional e tempo de serviço. Quanto mais estudar, maior seria a gratificação. Quanto à diferença entre padrões, o sindicato espera manter variação anual acima de 4%, como é hoje, e não de pouco mais de 1%, como quer o GDF.

### Servidores

#### Como é hoje e o que querem trabalhadores

● Categoria é dividida em 24 padrões. Como a aposentadoria, para homens, ocorre aos 35 anos, trabalhadores não ultrapassam o padrão 24. Querem, porém, ampliar o número até 35 para que ocorra projeção profissional.

● Teto salarial é de R\$ 100 e maioria dos servidores recebe complementação.

Querem teto inicial de um salário mínimo (R\$ 241), conforme prevê a Constituição Federal.

● Criação de gratificação para quem se qualifica: hoje há perda de funcionários porque não existem benefícios para quem estuda.

● Na última reunião entre o GDF e a categoria, governo concordava com maioria dos pontos, mas ainda não divulgou proposta de 2003.

Fontes: Sindicatos dos Professores (Sinpro-DF) e dos Auxiliares em Administração Escolar (SAE-DF)

## À espera da União

Uma nova greve da categoria não é descartada pelo Sindicato dos Professores. “Queremos participar da elaboração dos novos planos de carreira. Como não sabemos o que nos preparam, já começamos a preparar a próxima greve”, afirma César Santos, um dos diretores de Imprensa do Sinpro. A presidente da Comissão de Educação e Saúde da Câmara, deputada Arlete Sampaio (PT), garante que vai realizar audiência pública para discutir os dois projetos tão logo eles cheguem à Casa. O que, pelos cálculos da líder do governo Eurides Brito (PMDB), deve ocorrer 48h depois do Ministério do Planejamento corrigir o valor do Fundo Constitucional — que dá suporte à Saúde, Educação e Segurança Pública do DF.

A idéia, informou a deputada, por meio da assessoria, é aprovar as propostas até o fim

do ano e implantá-las em janeiro de 2004. O porta-voz do GDF, Paulo Fona, confirma a informação. E diz que não há possibilidade das propostas serem remetidas à Câmara antes das correções. “Os valores que ainda não foram corrigidos são suficientes para a implementação dos planos em 2004”, informou. “O erro foi da União, não do GDF. O certo seriam os professores acamparem na porta do Ministério do Planejamento.”

Membro da Comissão de Orçamento da Câmara Federal, o deputado Wasny de Roure (PT-DF), afirma que o GDF poderia antecipar a remessa dos projetos para evitar greves. “O Ministério já disse que vai corrigir os valores. Seria uma demonstração de confiança e de boa vontade o GDF encaminhar logo”, encerra o deputado. (AHP)